



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 357
13/07/12 a 19/07/12¹**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Livia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.

¹ Nos dia 17 de julho, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil e Estados Unidos assinaram acordo para estudar fim do visto

No dia 11 de julho, em Brasília, Brasil e Estados Unidos assinaram acordo para criar um grupo de trabalho a fim de estudar a questão de por fim à exigência de visto para a entrada de brasileiros nos EUA bem como para a entrada de estadunidenses no Brasil. No dia 12, em São Paulo, a secretária de Segurança Interna dos EUA, Janet Napolitano, que esteve em Brasília para assinar o acordo, declarou que o governo estadunidense reitera interesse no fluxo de brasileiros ao país. Porém, Napolitano ressaltou que há uma série de requisitos para o fim do visto, os quais o Brasil pode cumprir ou não. A secretária ainda afirmou que o Brasil está fazendo progressos significativos. Segundo o porta-voz do Itamaraty, o embaixador Tovar Nunes, o fim do visto ocorrerá dentro de um prazo razoável (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/07/2012).

Brasil defendeu sanções contra a Síria

No dia 13 de julho, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) divulgou nota condenando o governo sírio pela repressão violenta contra a população local, que representa uma violação ao cessar-fogo assumido por este por meio do plano do enviado da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan. De acordo com o porta-voz do MRE, Tovar Nunes, a nota ocorreu em virtude de um aumento da preocupação com a escalada do conflito e o consentimento do presidente da Síria, Bashar al-Assad, em utilizar armamento pesado contra civis. O Itamaraty noticiou ainda que o governo brasileiro insta o presidente sírio a interromper imediatamente quaisquer ações militares contra civis desarmados e a cooperar com a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (Unsmis). Ademais, o Brasil iniciou articulações com África do Sul e Índia na tentativa de dar prosseguimento à inclusão de sanções na Carta da ONU caso a Síria não cumpra com o plano elaborado por Annan. Representantes do governo brasileiro não defenderam punições econômicas, mas se declararam favoráveis a restrições a autoridades sírias e à família de Assad (Correio Braziliense – Mundo – 14/07/2012; Folha de S. Paulo – Mundo – 14/07/2012; Folha de S. Paulo – Mundo – 18/07/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/07/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/07/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/07/2012).

Brasil foi questionado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

O Brasil foi questionado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a demora na localização e identificação dos restos mortais dos participantes da Guerrilha do Araguaia. Em resposta, o representante da Secretaria de Direitos Humanos no Grupo de Trabalho Araguaia, Gilles Gomas, afirmou que serão detalhados os



Observatório de Política Exterior do Brasil

trabalhos já realizados e as dificuldades na localização e identificação dos corpos. As exigências foram feitas na ocasião do julgamento realizado pela Corte em 2010 (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/07/2012).

Ministério da Saúde defendeu-se de críticas da Unids

O diretor do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Dirceu Greco, afirmou que a política brasileira não se alterou quanto às suas metas de combate à Aids. O fato ocorreu após Pedro Chequer, diretor da Unids no Brasil, programa da Organização das Nações Unidas (ONU), ter declarado que a suspensão de medidas de prevenção da doença que possuíam como público alvo os homossexuais poderia levar o Brasil a um retrocesso em relação à mobilização social e ao fim da discriminação (Correio Braziliense – Brasil – 19/07/2012; Folha de S. Paulo – Saúde+Ciência – 19/07/2012).